



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Promotoria de Justiça Geral de Rio Bananal

Rua João Cipriano, 850, Centro, CEP 29.920-000 – Rio Bananal – ES – Tel.: 27-3265-1277 – www.mpes.mp.br

Rio Bananal, 10 de setembro de 2019.

OF/PGRB/Nº 20/2019.

Referência: Procedimento Administrativo – Nº 2019.0009.5836-64

Ao Presidente do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Rio Bananal/ES
SR. JACINTO CAPELINE

Senhor Presidente,

Sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Senhoria Recomendação acerca das condutas vedadas durante a campanha eleitoral para membro do Conselho Tutelar, incluindo o dia da eleição, bem como, recomendação a respeito das urnas eletrônicas.

Neste sentido, recomenda-se às Comissões Eleitorais, no que se refere às urnas eletrônicas, que:

- *Afixe a lista de candidatos com os respectivos números próximo à porta de entrada dos locais de votação, bem como na parede localizada atrás das urnas eletrônicas;*
- *Selecione e convoque, ao menos, 3 mesários por sessão eleitoral (bem como suplentes);*
- *Instale, no dia do pleito, a urna eletrônica em mesa estável, bem como providencie que esta esteja ligada à rede elétrica, e que não seja posicionada com a tela virada para a janela, resguardando-se, com isso, o sigilo dos votos;*
- *Afixe, na porta da sessão, uma das cinco vias impressas pela urna eletrônica com o extrato de votos da sessão, em prol da publicidade e transparência.*

Por fim, ressaltamos que **não haverá foto dos candidatos nas urnas eletrônicas**, de maneira que a votação deverá ser conduzida por meio do número e nome do candidato.

Prevaleço-me do ensejo para apresentar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


ADRIANI OZÓRIO DO NASCIMENTO
Promotor de Justiça



Procedimento Administrativo MPES - Nº 2019.0009.5836-64

DESPACHO

Trata-se de procedimento instaurado, objetivando fiscalizar o processo de escolha de membros do Conselho Tutelar no Município de Rio Bananal.

Desta forma, no dia 02.09.2019, o CAIJ- Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, encaminhou aos órgão de execução, algumas sugestões no que tange às ações de implementação para o acompanhamento e suporte ao Processo de Escolha de Membros do Conselho Tutelar de 2019:

1. Modelo de Recomendação acerca das condutas vedadas, direcionada aos Conselhos Municipais de Direito da Criança e do Adolescente - CMDCA's
2. Apresentação acerca das condutas vedadas, que pode ser utilizada em eventual reunião com os CMDCA's;
3. Recomendações Gerais acerca do uso das urnas eletrônicas;
4. Lista das sessões eleitorais discriminadas por município para conhecimento.

Assim, considerando as sugestões retromencionadas, **DETERMINO**, que seja encaminhada as recomendações ao Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente - CMDCA,

Rio Bananal/ES, 10 de setembro de 2019.


ADRIANI OZÓRIO DO NASCIMENTO
Promotor de Justiça



RECOMENDAÇÃO¹

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, pelo(a) Promotor(a) de Justiça da Infância e Juventude adiante assinado(a), no uso de suas atribuições, *ex vi* do disposto no art. 201, §5º, alínea “c”, da Lei nº 8.069/90, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 139, §1º, da Lei nº 8.069/90, bem como o art. 14, da Resolução CONANDA nº 170/14 e a Resolução CMDCA nº _____, de _____, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de _____, que, entre outras providências, fixou a data de 06 de outubro de 2019, para a realização do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar local;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 139, *caput*, da Lei nº 8.069/90 e art. 5º, inciso III, da Resolução nº 170/14, do CONANDA, compete ao Ministério Público a fiscalização do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a isonomia entre todos os candidatos, assim como prevenir e coibir a prática de condutas abusivas e/ou desleais, que podem importar, inclusive, na quebra do requisito da “idoneidade moral”, expressamente exigido de todos os candidatos/membros do Conselho Tutelar pelo art. 133, da Lei nº 8.069/90;

CONSIDERANDO que, em decorrência de sua atribuição elementar de conduzir o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a tomada das providências necessárias para que a campanha eleitoral, assim como a votação e apuração do resultado do pleito transcorram de forma regular



RECOMENDA aos integrantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como aos candidatos habilitados ao processo de escolha em questão que observem as cautelas e vedações abaixo elencadas, relacionadas à campanha eleitoral e ao dia da eleição, sem prejuízo de outras previstas na legislação local, **sob pena de adoção das medidas administrativas e criminais cabíveis:**

1. É vedada a propaganda:

- a. vinculada direta ou indiretamente a partido político ou que importe em abuso de poder político, econômico ou religioso;
- b. que implique em oferecimento, promessa ou solicitação de dinheiro, dádiva, rifa, sorteio ou vantagem de qualquer natureza;
- c. feita por meio de impressos ou de objeto que pessoa inexperiente ou rústica possa confundir com moeda;
- d. que prejudique a higiene e a estética urbana ou contravenha a posturas municipais ou a outra qualquer restrição de direito;
- e. que perturbe o sossego público, com algazarra ou abusos de instrumentos sonoros ou sinais acústicos;
- f. de qualquer natureza, que for veiculada por meio de pichação, inscrição a tinta, fixação de placas, estandartes, faixas e assemelhados, nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do Poder Público, ou que a ele pertençam, e nos de uso comum (cinema, clubes, lojas, centros comerciais, templos, ginásios, estádios, ainda que de propriedade privada), inclusive postes de iluminação pública e sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos;
- g. que caluniar, difamar ou injuriar quaisquer pessoas, bem como órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública;
- h. de qualquer natureza colocada em árvores e nos jardins localizados em áreas públicas, bem como em muros, cercas e tapumes divisórios, mesmo que não lhes causem dano;
- i. mediante *outdoors*, sujeitando-se a empresa responsável e candidatos à imediata retirada da propaganda irregular;



2. É vedado, ao longo da campanha eleitoral:

- a. a confecção, utilização, distribuição por comitê, candidato ou com a sua autorização, de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cesta básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor;
- b. a realização de *showmício* e de evento assemelhado para promoção de candidatos, bem como a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício ou reunião eleitoral;
- c. a utilização de trios elétricos em campanhas eleitorais, exceto para a sonorização de comícios;
- d. o uso de símbolos, frases ou imagens, associadas ou semelhantes às empregadas por órgão de governo, empresa pública ou sociedade de economia mista;
- e. a contratação ou utilização, ainda que em regime de voluntariado, de crianças e adolescentes para distribuição de material de campanha em vias públicas, residências de eleitores e estabelecimentos comerciais.

3. É também vedado qualquer tipo de pagamento em troca de espaço para a veiculação de propaganda eleitoral em bens particulares, cuja cessão deve ser espontânea e gratuita;

4. No dia da eleição é ainda vedado aos candidatos e seus prepostos:

- a. o uso de alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção comício ou carreatas;
- b. a arrematação de eleitores ou a propaganda de boca de urna;
- c. o transporte de eleitores;
- d. até o término do horário de votação, a aglomeração de pessoas portando vestuário padronizado, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos.

5. É vedado aos fiscais dos candidatos, nos trabalhos de votação, a padronização do vestuário.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Promotoria de Justiça Geral de Rio Bananal - ES

Rua João Cipriano, 850, Centro, CEP 29.920-000 – Rio Bananal – ES – Tel.: 27-3265-1277 – www.mpes.mp.br

Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente dar ampla divulgação do teor da presente **recomendação** a todos os candidatos, assim como à população em geral, devendo para tanto:

- I - Encaminhar cópias impressas a todos os candidatos (com aviso de recebimento), preferencialmente, pessoalmente, por ocasião de reunião marcada para divulgação das regras de campanha;
- II - Imprimir e afixar cópias nos órgãos públicos e locais de grande circulação de pessoas, dando-lhe o devido destaque, juntamente com os demais editais publicados para divulgação do pleito e convocação dos eleitores;
- III - Imprimir e afixar cópias nos locais de votação;
- IV - Imprimir e distribuir cópias aos órgãos de imprensa local, com pedido de sua veiculação à população, juntamente com informações adicionais sobre o pleito (incluindo os locais e horários de votação e nomes dos candidatos habilitados);
- V - Publicar cópia eletrônica na página do órgão e/ou da Prefeitura Municipal local na rede mundial de computadores.

Juntamente com a publicação de cópias da presente recomendação, cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente divulgar amplamente telefones, endereços eletrônicos e locais onde poderão ser encaminhadas denúncias de violação das regras de campanha, com o registro e fornecimento do protocolo respectivo e envio de cópia ao Ministério Público.

ALERTA, por fim, que o não cumprimento da presente **recomendação** importará na tomada das medidas judiciais cabíveis, inclusive no sentido da apuração da responsabilidade civil, administrativa e mesmo criminal dos agentes que, por ação ou omissão, violarem ou permitirem a violação das normas e princípios que regem o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, ex vi do disposto nos arts. 5º, 208 e par. único, 216 e 232, todos da Lei nº 8.069/90, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Fica estabelecido o prazo de **05 (cinco) dias** para que sejam informadas as providências tomadas no sentido do cumprimento da presente recomendação.

Rio Bananal, 10 de setembro de 2019.

ADRIANI OZÓRIO DO NASCIMENTO
Promotor de Justiça